

(PL-44) O Ensino Introdutório da Economia: Algumas Reflexões a Partir de uma Vivência Pessoal

Prof. Dr. J. Cadima Ribeiro
Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

RESUMO:

O que ensinar no âmbito de disciplinas introdutórias de economia subsiste como tema de debate. Mais polémica que a questão do que ensinar será, porventura, como ensinar. A verdade é que a eficácia da transmissão de conhecimento é grandemente devedora da capacidade de comunicação do docente e da adequação dos instrumentos de apoio pedagógico de que se socorre. Estas diversas problemáticas são tratadas, de forma indiciária, na comunicação que se segue, tomando como elemento organizador a vivência e a reflexão do autor. O tom é deliberadamente informal e provocatório, por forma a suscitar a discussão.

PALAVRAS-CHAVE: Eficácia da relação pedagógica; ensino e auto-aprendizagem.

A tarefa que me é reservada no contexto desta mesa redonda é, conforme imaginam, muito simples e, em simultâneo, muito complicada. Simples, porque já terá sido quase tudo dito. Complicada, porque, depois das diferentes intervenções que tiveram lugar, ficou pouco por dizer. Isto é, está em causa a estrutura da minha intervenção, algo que muitas vezes nos acontece quando, por exemplo, após assentarmos sobre a estrutura de uma aula que nos propomos apresentar, somos confrontados com qualquer circunstância ou acontecimento que vem questionar a pertinência de manter o plano de aula preparado. Ocasionalmente, pode ser a própria atitude dos alunos face ao tema a tratar que dite a mudança de rumo.

O que eu tinha pensado fazer, aquando da preparação desta intervenção, era trazer aqui a leitura que fiz das introduções de um conjunto de livros de “Introdução à Economia” que reli, há umas semanas atrás. Nessas leituras, procurei inventariar as razões pelas quais, no dizer dos próprios autores, sentiram necessidade de escrever os seus livros, e de que forma é que passavam a sua mensagem.

Entre os autores internacionais, acabei por reter o nome Annacott. Com esta autora tinha disponível uma 2ª edição revista, com tradução brasileira, de 1984. E acabei por

reter, na componente portuguesa (porque tenho apreço pelos trabalhos feitos pelos colegas portugueses!), os manuais do Prof. Sousa Andrade e do Prof. João César das Neves. Obviamente que, depois das intervenções que aqui foram feitas por estes professores, e depois de ter verificado que os colegas estavam presentes na conferência, fiquei receoso de avançar por esse caminho.

Posto este enquadramento, vou recordar aqui, muito brevemente, o que diz Annacott, e partir daí para deixar algumas pistas sobre o que dizem os professores Sousa Andrade e César das Neves. E, isso feito, vou avançar para outros temas que se me foram sugerindo à medida que fui escutando os conferencistas que me precederam.

Em particular, sinto-me na obrigação de falar do programa da disciplina que lecciono, embora de forma necessariamente sumária. E sinto-me, por outro lado, na obrigação de falar sobre a minha própria vivência como docente, porque penso que foi no fundo isso que aqui me trouxe e que me espicçou a participar no “Encontro”. E sinto-me na obrigação de trazer aqui a minha experiência, no sentido de dar conta daquilo que eu gostava de fazer e daquilo que, às vezes, vou fazendo, na linha de alguns pontos de vista já aqui introduzidos, mas posicionando-me a partir de outros prismas, como o da provocação, por exemplo. Quer dizer, do uso, por parte do professor de economia, da provocação como método de comunicação com os alunos, como método de ensino. Não se confunda isso com *achincalhar* o colega Sousa Andrade ou o colega João César das Neves ou qualquer outro pensador económico, seja Marx, Keynes ou Friedman, se bem que há quem o faça. Não faço isso, não achincalho ninguém.

De Annacott, logo no primeiro parágrafo da sua introdução, do prefácio, retirei o seguinte: “Para a macroeconomia, a principal questão que nos levou a escrever este livro foi a de saber se, depois de estudar economia introdutória, estariam ou não os estudantes prontos a entender controvérsias públicas em tópicos como: o nível de gastos governamentais e impostos, a crescente dívida pública e a política monetária?”. E depois dizia: “Por muitos anos, o curso introdutório teve como objectivo ensinar aos estudantes como a política deveria ser conduzida. Ou seja, oferecer uma receita de bolo

sobre questões concretas. Enquanto vários livros expressam mais dúvidas e interrogações do que há uma década, nós alterámos o foco do curso”.

Existe aqui, obviamente, um aflorar dos elementos de incerteza sobre o evoluir das economias contemporâneas e um abrir de discussão sobre os paradigmas económicos. Presente nesta afirmação estava, também, a preocupação sobre questões tais como: O que ensinar? Como comunicar com os estudantes? Julgo que esta é também uma das preocupações do Prof. João de Sousa Andrade e é uma preocupação que surge igualmente enunciada na introdução do manual daquele colega. Aliás, o Prof. Sousa Andrade, reportando-se a algo que já deixei dito, refere a dada altura: “As linguagens observacionais e conceptuais não têm vida em separado, daí a minha insistência na apresentação de natureza empírica, em paralelo com a exposição teórica”. Ele não começa por aí, no entanto; começa por falar da descoordenação na evolução das matérias que encontrou nos outros manuais, que o levaram a escrever o seu próprio livro.

Ora bem, isto tem que ver com o problema da comunicação, sendo que a comunicação é comunicação pessoal e, portanto, o Prof. Sousa Andrade precisou de criar a sua estrutura de comunicação, isto é, não se reconheceu na estrutura, no modo de comunicação dos outros autores. Assim, o que está aqui em causa é saber se cada professor precisa de criar o seu próprio modelo de comunicação com os seus alunos. Portanto, o problema nem é só o das dificuldades das matérias ou do método, mas também da forma como cada um pode assumir, pode aderir e, portanto, pode transmitir a seu modo e tornar efectiva a comunicação, porque, neste caso, o conteúdo é transmitido sugerindo elementos de identificação, pondo afectividade, pondo a sua expressão de comunicação nessa relação.

Voltando a Annacott, o autor refere-se, a dada altura, à macro e depois retorna à questão da micro. Já vimos aqui (no contexto das intervenções precedentes) que subsiste o debate sobre se há que começar pela macro ou começar pela micro. Eu também já ensaiei as duas trajectórias. Nesta fase, sigo a trajectória que o Prof. Ramos

dos Santos já aqui mencionou, e que disse ser aquela que está presentemente a ser seguida pelo ISEG.

Citando Annacott, “Para a microeconomia, a questão principal é esta: para um estudante, a microeconomia tende a ser uma viagem através do instrumental do economista, introduzindo partes mecânicas de análise para serem usadas mais tarde em cursos avançados”. E acrescenta: “Esse tempo poderia ser melhor usado aplicando essa economia básica a políticas económicas interessantes. Mesmo para aqueles estudantes que continuam em economia, duvidamos que seja útil trabalhar, em termos pesados, as técnicas analíticas. A verdade é que essa ênfase dá aos estudantes uma base para os seus cursos posteriores, mas isto pode aumentar o risco de eles se entediarem, de eles se aborrecerem, perdendo toda a floresta enquanto se concentram nas árvores”.

Assim sendo, como estão a ver, em dois ou três parágrafos (como sabem, o livro não é de um autor, é de uma família), estes autores resumem muito do que foi aqui discutido, não só na sessão que está a decorrer, mas na sessão em que participaram os professores Sousa Andrade e João César das Neves.

Eu tenho, obviamente, a minha própria reflexão sobre estes assuntos. Passaria, de seguida, a explicitar melhor essa experiência e a forma como a vou procurando recriando anualmente.

A verdade é que a comunicação constitui um aspecto essencial da relação pedagógica; a empatia é um aspecto central na satisfação (ou insatisfação) que os alunos vão tirar do curso que frequentam. Daí que haja que fazer a distinção entre a substância do conhecimento que é alvo de tratamento (a ciência económica em si) e a forma que toma essa transmissão de conceitos e teorias económicas, o que introduz a problemática dos intérpretes da comunicação.

Nesse sentido, e até para introduzir a primeira nota de polémica, eu voltava ao Prof. Sousa Andrade. É que a comunicação faz-se por diferentes vias e, neste contexto, faz

apelo a diversos instrumentos. Ora, o recurso a alguns desses auxiliares pedagógicos é fortemente controversa.

A esse propósito, julgo ter ouvido neste Encontro o Prof. Sousa Andrade dizer, ou reconhecer, que esse é o problema dos *acetatos*. Essa invocação traz-me de novo ao manual de introdução à economia desse colega já que, confesso, achei muita graça à afirmação que o Prof. Sousa Andrade faz, na sua introdução, de que se ensina a economia agora (altura em que ele escreveu o livro, há alguns anos) como se ensinava há 30 anos. Isto é, a graça está em que eu fui levado, então (num contexto de reflexão provocatória), a pensar: “O que o Prof. Sousa Andrade quer é que a gente passe a usar o *Powerpoint*!”. Depois, quando ele disse aqui, de viva voz, que rejeitava a técnica dos acetatos, é óbvio que não me restava outra solução senão colocar-me na posição em que de facto estou, ao não ter aqui à mão um computador com ligação à rede e que me permitisse ver a minha “página pessoal” projectada na tela.

Não foi dito, mas percebi que não era isso. Aliás, o Prof. Ramos dos Santos já se referiu aqui à história do *Powerpoint* e eu fico, obviamente, a balançar entre a beleza estética que o aparelho permite e a facilidade com que conseguimos pôr o equipamento a funcionar no momento em que se pretende. O problema é saber se esta técnica é (ou não) um bom meio de comunicação pedagógica.

A este propósito, antes desta sessão, passei pela sala do lado e vi a exposição de livros que aí se oferecia, entre os quais se encontrava um dicionário de economia. Pensei então que, porventura, um dicionário de economia era algo que não valia a pena apresentar sob o formato de livro, uma coisa grossa, pesadíssima, incómoda de consultar, que, por isso, deveria existir apenas em formato CD-ROM. E a verdade é que não está, parece não haver mesmo as duas versões. Portanto, a questão das novas tecnologias não parece ser um elemento que nos tenha vindo facilitar a vida. Ao invés disso, talvez nos tenha vindo dificultar a vida. Veio-nos provocar mais um problema de escolha e um conflito com nós próprios: criou-nos o dilema sobre se devemos continuar a fazer a figura triste do professor que não usa o *Powerpoint* (quer dizer, que não está *updated* com o paradigma tecnológico), ou se devemos assumir o papel do professor que faz um esforço para comunicar, que quer comunicar com os alunos e

quer que os alunos vivam a economia, os problemas econômicos, como ele próprio os vive. Para dizer a verdade, não tenho uma resposta para este dilema.

Falemos agora da minha vivência num contexto ainda mais provocatório: como é que eu enfrento a primeira aula de um curso de “Introdução à Economia”? Saliento, neste ponto, que tenho uma dupla experiência nesta matéria: com alunos de economia, e alunos de outros cursos que não o de economia, nomeadamente com alunos de Direito. Diria, nesse sentido, que não abordo a aula sempre da mesma maneira. Isto é, tal e qual como aconteceu com esta exposição que tenho vindo a fazer, eu não sei como é que vou começar a primeira aula, as primeiras aulas do próximo ano. Isto traz-me uma certa angústia, mas só até ao momento em que estou perante os alunos, porque, nesse momento, não posso obviamente hesitar mais, e tenho que tomar uma decisão. Em resultado desta estratégia, nunca apresento o programa da disciplina aos alunos na primeira aula; apresento-o na última.

O que eu costumo fazer, para não criar problemas de insegurança aos estudantes, é apresentar-lhes o programa que leccionei no ano anterior. Isso dá-lhes, de alguma forma, uma ideia daquilo que vou fazer nesse ano. Mas também lhes digo que não me perguntem o que é que eu vou fazer nesse ano, porque, se a economia é comunicar coisas que acontecem, eu não sei o que vai acontecer. E, portanto, não lhes posso dizer o que é que vou comunicar, quais são, rigorosamente, os assuntos que vou tratar. Mais: eu penso que a comunicação é um problema de captação do interesse dos alunos. Provavelmente, o tema que aparece no *telejornal* da véspera é o melhor assunto para introduzir na aula (assumindo, obviamente, que eles vêem televisão, porque se eles não vêem televisão o caso é complicado). Ora bem, esta solução configura, de uma certa forma, o princípio da anarquia, e isto porque nós tanto podemos começar pelas estruturas de mercado como começar pelos conceitos mais básicos.

Também já tenho feito uma coisa que não sei se alguns dos presentes já experimentaram. Com efeito, este ano entreguei aos alunos de economia, na primeira aula, e como desafio, o enunciado do exame que tinha apresentado aos alunos do ano anterior. Disse-lhes: “Meus caros amigos, têm aqui o enunciado de um exame.

Resolvam-me este exame. Isto é, peguem nestas questões a partir da percepção que têm dos temas que vos são propostos”. E temos ali, percorrendo a própria estrutura do programa (na medida em que o exame se acomoda à estrutura do programa do ano anterior), as diferentes matérias que os programas normalmente versam, bem como um primeiro teste à “capacidade” do aluno de perceber a estrutura, a lógica do programa, e perceber que aquilo vai servir para alguma coisa, que não é apenas um problema de elasticidade da procura ou de elasticidade -rendimento.

Numa ocasião, ouvi um colega, julgo que inglês, dizer o seguinte: “O grande desafio do bom professor é não ter que dar aulas. O bom professor é aquele que ensina sem dar aulas”. Eu, sinceramente, tenho estado com esta ideia atravessada e, até Outubro próximo, vou tomar a decisão sobre ensaiar ou não esta metodologia de trabalho, que, numa certa dimensão, se exprime numa intervenção do docente não assente na exposição teórica dos conceitos.

É evidente que precisamos de reunir certos elementos materiais e um enquadramento psicológico adequado para que isso seja viável, e é óbvio, que eu não sei se resolvo essa questão a tempo. Quer dizer, o problema é o de saber se o meu sentido do risco vai tão longe que me leve a ensaiar uma experiência que pode ser tida, por alguns, de radical, e acarretar com as consequências disso. Eu penso que isso não é, de todo, inviável se tiverem presente que nalguns lugares (não é o caso português, infelizmente), existem livros de exercícios e existem livros e materiais em formato electrónico que testam conceitos, isto é, em que o aluno deduz o conceito a partir de múltiplas respostas e referências de casos. Isto é possível de fazer, por exemplo, com os materiais que existem disponíveis em Espanha e, obviamente, nos Estados Unidos, em que nós temos grelhas imensas de questões de resposta múltipla que percorrem todos os níveis e todos os domínios daquilo que é o ensino de cadeiras desta natureza.

Terei, concerteza, como percebem, um Verão amargurado, mas só em Outubro próximo é que estarei em condições de vos dizer se ensaiarei ou não esta solução.